



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 173/2021

A Universidade Federal de Santa Maria, por meio de seu pregoeiro, designado pela Portaria nº 98.673 de 06 de outubro de 2020, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do Tipo Menor Preço Unitário, para **Contratação de empresa de agenciamento de serviços de transporte individual por veículos com motorista, através de solução tecnológica que possibilite a operação e a gestão das solicitações de deslocamentos, por meio de aplicação web e aplicativo mobile, conforme a demanda de todas as unidades da Universidade Federal de Santa Maria**, especificados no item 2, de acordo com o que prescreve a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, e em conformidade com o Decreto 10.024/2019 de 20 de setembro de 2019, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014, Instrução Normativa 03, de 26 de abril de 2018, e tendo em vista o que consta no Processo nº **23081.022488/2020-21**.

DATA: **16/12/2021**.

HORÁRIO: 09:00 horas (horário de Brasília).

LOCAL: www.gov.br/compras

UASG: **153164**

2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. Esta licitação tem por objeto a **Contratação de empresa de agenciamento de serviços de transporte individual por veículos com motorista, através de solução tecnológica que possibilite a operação e a gestão das solicitações de deslocamentos, por meio de aplicação web e aplicativo mobile, conforme a demanda de todas as unidades da Universidade Federal de Santa Maria**, constantes no Termo de Referência, em anexo ao presente Edital, que faz parte deste Edital, como se aqui estivesse transcrito.

2.1.2 **Os descritivos e unidades a serem considerado na elaboração de proposta são os que constam no termo de referência emitido pela UFSM e devem ser os entregue a cada empenho pela licitante vencedora.**

2.2. Será assinado contrato entre a UFSM e a licitante vencedora com a vigência por 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, podendo a sua duração se estender até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante aditamentos anuais.

2.3. A licitante vencedora não poderá transferir a terceiros, no todo ou em parte, o fornecimento do serviço de que trata o presente Edital, sob pena de rescisão contratual.

2.4. A UFSM poderá aumentar ou suprimir o objeto, nos termos do artigo 65,

parágrafo 1º, da Lei 8.666/93.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

3.2. A licitante deverá estar cadastrada no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, na forma da Lei.

3.3. Como condição de participação da presente licitação, a licitante, NÃO deverá:

A) Possuir em seu quadro societário nenhum Servidor Público Federal, salvo na forma executada no Inciso X do artigo nº 117 da Lei 8.112/90.

B) Possuir em seu quadro, atuando de forma direta ou indireta, nenhum servidor ou dirigente da UFSM, conforme dispõe o Inciso III do artigo 9º da Lei 8.666/93.

3.4 A licitante deverá assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- a) que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e seus anexos.
- b) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- c) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- d) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- e) que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;
- f) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- g) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.5. Não será permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, de interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução e liquidação, de consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição, estando também abrangidos pela proibição aqueles que tenham sido punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, ou declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública.



4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição da chave de identificação e da senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no sítio: www.gov.br/compras.

4.2. O credenciamento da Licitante dependerá de registro atualizado, bem como a sua manutenção, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF.

4.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à UFSM responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão eletrônico.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **concomitantemente com os documentos de HABILITAÇÃO exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública**, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.9 A licitante será responsável pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à UFSM responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.10 A PROPOSTA DEVERÁ CONTER:

5.10.1. UM ÚNICO PREÇO GLOBAL, para cada item, abrangendo todos os itens e quantidades do objeto licitado, constante no Termo de Referência em anexo ao edital. O valor deverá ser calculado após a aplicação do percentual de desconto sobre o valor global de referência da coluna denominada “valor estimado anual”, constante no Termo de Referência, em anexo ao edital.

5.10.2. As propostas analisadas serão as incluídas **exclusivamente** no sítio das compras governamentais. **Propostas impressas não serão consideradas.**

5.10.3. Especificação clara do objeto de acordo com o Termo de Referência em anexo ao presente Edital.

5.10.4. Nos preços de cada produto deverão estar incluídos, obrigatoriamente, impostos, fretes, taxas e demais incidências.

5.10.5. Na cotação de preços unitários serão aceitos **até 02 (dois)** dígitos após a vírgula.

5.10.6. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam de acordo com os requisitos estabelecidos neste Edital.

5.10.7. A desclassificação da proposta será fundamentada, registrada e acompanhada em tempo, no sistema eletrônico.

5.10.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela UFSM por parte das licitantes pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da licitante vencedora ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

6.3. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente



informada, pelo sistema, o recebimento dos lances e o valor consignado no registro.

6.3.1. Os lances deverão ser ofertados para o valor total do item.

6.4. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.5. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.5.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.5.2. Os lances enviados em desacordo com o subitem 6.5.1. deste edital serão descartados automaticamente pelo sistema.

6.6. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

6.7. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

6.8 MODO DE DISPUTA

6.8.1 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.8.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.8.3 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que a licitante da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.8.3.1 Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão as licitantes dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.8.4 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.8.4.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que as demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.8.5 Na hipótese de não haver licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.

6.9. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízos aos atos realizados.

6.10. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez (10) minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do pregoeiro aos participantes.

6.11 Após o encerramento dos lances, se a proposta de menor valor não for ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

6.11.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

6.11.2. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresa de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no subitem 6.11 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.12 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

6.13. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste edital.

7. DO JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. Caso não se realize lance, será verificado a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação.

7.2. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do Menor Preço Unitário, observadas as especificações constantes no Termo de Referência em anexo do presente Pregão.

7.3. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 6.11.1. deste edital, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.11. deste edital, na ordem



classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.4. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.5. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações deste edital.

7.6. Declarada encerrada a etapa competitiva, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação e verificará a habilitação da licitante, conforme disposto no item 8 deste Edital.

7.7. A indicação do lance da vencedora, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão na ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o **Pregoeiro verificará** o eventual descumprimento das condições de participação, mediante a consulta *on line* aos seguintes cadastros:

- I) SICAF, **nos níveis I, II, III, IV e VI**;
- II) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

8.1.1. O(s) documento(s) elencado(s) abaixo deverá(ao) ser incluído(s) pela licitante em campo próprio do sistema eletrônico, **no momento do envio da proposta**:

- I) A licitante deverá comprovar a qualificação mediante a apresentação, em uma única via, de cópias autenticadas, ou cópias acompanhadas dos originais, de atestado(s), expedido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão para desempenho de atividade pertinente ao objeto da licitação. No(s) atestado(s) deve constar o nome da pessoa de contato e telefone.
- II) Apresentar documento pertinente ao alvará de funcionamento ou autorização do ente municipal para a prestação dos serviços de transportes na cidade de Santa Maria/RS.

8.2. No caso de participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte na presente licitação, estas serão HABILITADAS mesmo que apresentarem alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, sendo que a regularidade da sua situação deverá

ser efetuada nos moldes do subitem 8.2.1 deste edital, como condição de adjudicação.

8.2.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, as Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.2.2. A prorrogação que se refere o subitem 8.2.1 deste edital deverá ser solicitada pela licitante interessada, cujo prazo para o encaminhamento da solicitação, devidamente formalizada, deverá ser até a data final do primeiro período.

8.2.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.2.1 deste edital, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a contratação, ou revogação da licitação.

9. DA HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

9.1. O prazo da homologação da presente licitação será no máximo 15 (quinze) dias, contados a partir da data da adjudicação da presente licitação.

9.2. Após a homologação do objeto do presente Pregão será deferida à Licitante Vencedora, mediante Contrato, sendo que a minuta do mesmo integra o presente Edital como se nele estivesse transcrita.

9.3. A licitante vencedora terá prazo de 05 (cinco) dias para a assinatura do contrato, após a convocação feita pela UFSM, sob pena de decair o direito à contratação.

9.3.1. Como garantia contratual, a licitante vencedora caucionará uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do valor contratado, através de:

- a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Fiança bancária e ou
- c) Seguro-garantia.

9.3.2. Caberá à licitante vencedora optar por uma das modalidades de garantia acima enumeradas, no momento da assinatura do contrato, efetuando o depósito ou a entrega da documentação referente à mesma, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato, sob pena de decair o direito de adjudicação.

10. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

10.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar, ao pregoeiro, esclarecimentos e/ou impugnar o edital, exclusivamente por meio eletrônico, no seguinte endereço: pregao@ufsm.br.

10.2. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do pedido de esclarecimentos e/ou impugnação.

10.4. Acolhida a petição contra o Edital, será definida e publicada nova data para a



realização do certame.

10.5. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas através do sistema e vincularão os participantes e a UFSM, nos casos em que a Administração julgar necessário.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

11.2. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

12.1. Os recursos orçamentários, para fazer frente as despesas da presente licitação, encontram-se nas seguintes rubricas: UG: 153452; Fonte 8100.000000; PTRES 169874.MMGA1N01D2N – Desafio 05; Natureza da Despesa 3.3.9.0.39.00.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada, acusando o recebimento, por parte do responsável pelo órgão solicitante/UFSM. O prazo para pagamento será de no máximo 30 (trinta) dias a partir da data de sua entrega na UFSM, desde que não haja impedimento legal.

13.2. O pagamento será atualizado monetariamente pela variação IPCA-E, ocorrida no período, a partir da data do prazo final do adimplemento da obrigação até o efetivo pagamento.

13.3. Não haverá reajustamento de preços nos primeiros 12 (doze) meses do Contrato, conforme determinam as Leis 9.069/95 e 10.192/2001.

13.4. Decorridos os 12 (doze) meses do Contrato, os preços serão reajustados baseados na variação do índice do IPCA-E do período.

14. DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

14.1. As penalidades contratuais são as previstas no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e artigo 49 do Decreto n. 10.024/2019.

14.2. A ocorrência dos casos previstos no Artigo 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a

rescisão do contrato.

14.3. As penalidades encontram-se previstas no artigo 77, da Lei 8.666, de 21/06/93, bem como nos artigos 86 e 87 do mesmo diploma legal.

14.4. As penalidades a que está sujeita a CONTRATADA, a teor do que reza o art. 87 da Lei 8.666/93, são as seguintes:

- I) advertência;
- II) multa;
- III) suspensão temporária de participação em licitações;
- IV) impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos e;
- v) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração.

14.5. A advertência verbal ou escrita será aplicada, independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver afastamento das condições do Contrato ou das condições técnicas estabelecidas.

14.6. O prazo para a apresentação de recursos às penalidades aplicadas será de 05 dias úteis, contados da data do recebimento da notificação pela Licitante Vencedora.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. À Universidade, por interesse público justificado, é reservado o direito de revogar esta licitação, nos termos da legislação, sem que caiba aos participantes, direito à reclamação ou indenização.

15.2. A simples participação nessa licitação implica na aceitação plena e incondicional do inteiro teor expresso neste Edital, desde que transcorrido "in albis", o prazo estabelecido no art. 41, § 2º da Lei 8.666/93.

15.3. O serviço será prestado mediante necessidade/ chamado pelos setores da UFSM nos locais definidos pelos mesmos.

15.4. O produto/serviço fornecido fora das especificações ficará sujeito à imediata substituição pelo fornecedor, sem qualquer ônus para a UFSM.

15.5. O prazo de *fornecimento total dos produtos/serviços*, objeto de cada Nota de Empenho, deverá ocorrer de acordo com o contrato. O prazo indicado pela unidade solicitante para a entrega parcelada do objeto empenhado deverá ser rigorosamente observado, sujeitando a licitante vencedora às cominações previstas no presente Edital.

15.6. O prazo de validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura.

15.7. As condições e preços acolhidos na proposta aceita serão irreversíveis, na forma determinada pelo Edital.

15.8. A licitante vencedora obriga-se a manter durante o período de vigência do contrato, as condições de qualificação e habilitação exigidas no ato convocatório.

15.9. No caso e não haver expediente no dia marcado para a realização esta licitação, a mesma será realizada no primeiro dia útil subsequente, mantidas todas as demais condições.



15.10. O resultado desta Licitação estará disponível, após a homologação, no sítio <http://comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/livre/Resultado/conrelit00.asp> e na página da UFSM, no endereço <http://coral.ufsm.br/demapa/index.php/licitacoes/resultado>.

15.11. Cópias deste Edital estão disponíveis para download nos portais www.gov.br/compras e site.ufsm.br.

15.12. Em atendimento à Lei nº. 12.846/2013, para a participação neste certame, nenhuma das partes poderá oferecer dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste certame, ou de outra forma que não relacionada a este certame, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

15.13. As dúvidas e inadimplência serão resolvidas no foro da Justiça Federal no Estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Santa Maria.

15.14. Informações e outros elementos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação, serão solicitados ao pregoeiro, exclusivamente através do endereço eletrônico: pregao@ufsm.br

15.15. As cópias originais ou autenticadas dos documentos solicitados neste edital deverão ser remetidas em até 03(três) dias úteis após a homologação do pregão para o seguinte endereço:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CNPJ: 95.591.764/0001-05
Edifício da Administração Central,
Departamento de Material de Patrimônio
6º andar, sala 666 – Comissão de Licitações
CEP: 97105-900, Campus Universitário
Bairro Camobi, Santa Maria, RS

Santa Maria – RS, 30 de novembro de 2021.

Jane Lucia Sartori Lampert
Coordenadora de Editais e contratos

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE AGENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INDIVIDUAL POR VEÍCULOS COM MOTORISTA, ATRAVÉS DE SOLUÇÃO TECNOLÓGICA QUE POSSIBILITE A OPERAÇÃO E A GESTÃO DAS SOLICITAÇÕES DE DESLOCAMENTOS, POR MEIO DE APLICAÇÃO WEB E APLICATIVO MOBILE, conforme requisitos e funcionalidades especificadas neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação de empresa de agenciamento de serviços de transporte individual por veículos com motorista, através de solução tecnológica que possibilite a operação e a gestão das solicitações de deslocamentos, por meio de aplicação web e aplicativo mobile, objetiva atender o transporte institucional da UFSM com as alternativas necessárias para a adequada realização das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas.

2.2. O Decreto n. 9.287, de 15 de fevereiro de 2018, estabeleceu em seu artigo 8º que os órgãos, as autarquias e as fundações da administração pública federal deverão considerar todos os modelos de contratação praticados pela administração pública federal para prestação de serviço de transporte de material e de pessoal a serviço, de que trata o art. 4º, e adotar aquele que for comprovadamente mais vantajoso em comparação ao modelo vigente.

2.3. A UFSM adota atualmente o modelo de frota própria de veículos, tendo-a como um instrumento de apoio às atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas, atendendo às necessidades de transporte de pessoas e cargas, tais como aulas práticas, viagens de estudos e experimentos de campo, além de ser o principal instrumento de locomoção de alunos e servidores entre os diversos campi da Instituição.

2.4. A frota da UFSM conta com 132 veículos em uso, entre ônibus, micro-ônibus, vans, caminhões e automóveis. A maioria destes veículos está com idade avançada e começam a apresentar características antieconômicas com ocorrências frequentes de consertos com altos custos de manutenção, elevando-se assim o custo por quilômetro rodado dos veículos e evidenciando a necessidade de sua substituição.

2.5. Por sua vez, o Art. 8º, § 1º do Decreto n. 9.287/2018 define que a aquisição de veículos deverá ser adotada somente quando comprovada a sua vantajosidade econômica em relação à adoção de qualquer dos demais modelos de contratação praticados pela administração pública federal.

2.6. Diversas unidades da federação já possuem a ferramenta TáxiGov que é o serviço de transporte de servidores e colaboradores da Administração Pública Federal em deslocamentos a trabalho com o uso de táxis, que começou a ser implementado em março de 2017. O objetivo é melhorar a oferta de serviços de transporte administrativo ao servidor, com economia, transparência de gastos públicos e eficiência. Entretanto, no Rio Grande do Sul, a ferramenta está disponível apenas para Porto Alegre e região metropolitana, sendo necessário, portanto, buscar alternativas similares, mas como o mesmo propósito e resultados.

2.7. Instituições como a Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público do RS, Defensoria Pública do RS e Governo do Estado de Santa Catarina, por exemplo, já aderiram a esta nova forma



de contratação para o transporte institucional, em virtude da previsão de economia que esta alternativa pode gerar.

2.8. Como a UFSM não possui nenhum outro modelo de transporte institucional além da utilização da frota própria, há uma dificuldade de se estabelecer parâmetros para a tomada de decisão quanto a manutenção deste modelo ou a adoção de outro de forma permanente. Por este motivo, esta contratação se faz necessária e, em especial, para atender os seguintes objetivos:

2.8.1. Disponibilizar alternativas de transporte institucional, principalmente em períodos de alta demanda, quando o atendimento por meio da frota própria apresenta-se como insuficiente;

2.8.2. Reavaliar a utilização da frota própria, mantendo-se em circulação somente os veículos com custos de operação razoáveis e para aqueles deslocamentos onde este meio se apresente como mais econômico;

2.8.3. Iniciar o plano de desmobilização previsto no Art. 8º, § 2º do Decreto n. 9.287/2018, com vistas a substituição dos veículos próprios pelos modelos praticados pela administração pública federal.

2.8.4. Implementar uma solução que propicie a modernização da gestão pública, com ganhos de eficiência e eficácia operacional, viabilizada pela otimização do transporte institucional, oportunizando, ainda, a redução do gasto público.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS COMUNS

3.1. Declaramos para os devidos fins que os produtos e serviços a serem contratados são de natureza comum conforme decreto 5.450 de 31 de maio de 2005, art. 2º, § 1º: consideram-se produtos e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. As solicitações serão efetuadas pelos setores da UFSM, através da aplicação web e/ou aplicativo mobile disponibilizado à CONTRATANTE.

4.2. Os serviços deverão ser prestados para deslocamentos de alunos, servidores, colaboradores eventuais e convidados da UFSM, no exercício de suas atribuições, por solicitação de qualquer uma das Pró-Reitorias ou Unidades de Ensino localizadas no Campus da UFSM em Santa Maria.

4.3. Os serviços serão prestados no município de Santa Maria e em viagens com origem ou destino neste município.

4.4. Os deslocamentos serão restritos a itinerários de apenas um local de destino e que o veículo não necessite aguardar o usuário, salvo em situações excepcionais, por necessidade de serviço e devidamente justificadas pelo usuário.

4.5. Os serviços serão pagos de acordo com a quantidade de quilômetros rodados, devendo ser iniciada a contagem somente a partir do momento do embarque do passageiro.

4.6. Quando no deslocamento houver a necessidade de passagem por praças de pedágio, o valor

da tarifa de pedágio poderá ser acrescentado no valor do deslocamento, desde que o relatório analítico da corrida apresente este valor discriminado individualmente.

4.7. Os veículos utilizados na prestação dos serviços deverão ser de ano/modelo 2015 ou posterior, quatro portas, com ar condicionado, em bom estado de conservação e com toda a documentação de registro e circulação válida.

4.7.1. Em viagens, deverão ser utilizados preferencialmente veículos de ano/modelo 2018 ou posterior e com motorização 1.6 ou superior.

4.8. Os motoristas disponibilizados para a prestação dos serviços deverão estar regularmente habilitados para a condução do veículo utilizado, além de possuírem os seguintes requisitos:

4.8.1. Ter no mínimo 19 anos de idade;

4.8.2. Não possuir antecedentes criminais

4.9. A aplicação web e o aplicativo mobile deverão permitir, no mínimo, as seguintes interações:

4.9.1. Acompanhamento da solicitação da viagem pelo usuário, em tempo real, exigindo-se: encaminhamento de informações da solicitação via mensagem na aplicação web e aplicativo mobile, tempo estimado para chegada do veículo no endereço de origem, valor estimado, identificação do veículo e motorista, imagem geoprocessada do percurso desde a aceitação da viagem até o endereço de origem, encaminhamento de informação da chegada do veículo no endereço de origem por mensagem na aplicação web e no aplicativo mobile.

4.9.2. Acompanhamento da viagem, exigindo-se encaminhamento de informações sobre o início via mensagem na aplicação web e aplicativo mobile, tempo estimado para finalização, imagem geoprocessada do percurso.

4.9.3. Acompanhamento da finalização da viagem pelo usuário, exigindo-se encaminhamento de informações sobre a finalização para o e-mail cadastrado e mensagens na aplicação web e aplicativo mobile contendo endereços de origem e destino, tempo de viagem, data e horário de início e fim de viagem, imagem geoprocessada do percurso, valor da viagem, quilometragem percorrida, avaliação do veículo e do motorista.

4.9.4. Cancelamento de solicitação da viagem pelo usuário, desde que a mesma não tenha sido iniciada, com registro na base de dados da solução tecnológica do motivo do cancelamento.

4.9.5. Confirmação da realização da viagem pelo usuário que, por qualquer motivo, não a finalizou com o uso do seu telefone smartphone ou, alternativamente, do motorista, exigindo-se: valor da viagem, informações para avaliação do veículo e do motorista.

4.10. O usuário deve confirmar a execução da viagem, inclusive o valor apurado, mediante o uso de sua senha pessoal, por meio de funcionalidade específica do aplicativo mobile, acessada em seu próprio telefone smartphone ou no do motorista ou, excepcionalmente e em momento posterior, em funcionalidade da aplicação web.

4.11. Logo após a confirmação da finalização da viagem, o usuário deve avaliar o veículo e o motorista que executou a viagem.

4.11.1 O veículo ou motorista que receber avaliação negativa por 3 (três usuários) não poderá mais prestar serviços à CONTRATANTE.

4.12. Após a confirmação da finalização da viagem, deve ser encaminhada informação para o e-mail do usuário, aplicação web e aplicativo mobile com o histórico da viagem contendo, no mínimo, as seguintes informações:



- 4.12.1. data e hora da solicitação;
- 4.12.2. endereços de origem e destino;
- 4.12.3. data e horário da chegada do veículo no endereço de origem;
- 4.12.4. data e hora do início e finalização da viagem;
- 4.12.5. valor da viagem;
- 4.12.6. placa do veículo e nome do motorista;
- 4.12.7. notas de avaliação do veículo e motorista.
- 4.13. Não será admitido acréscimo ao valor da viagem realizada referente à cobrança de taxa-extra pelo transporte de bagagem, de taxa de retorno de viagens, tarifa diferenciada/dinâmica;
- 4.14. A CONTRATADA deverá zelar pelo cumprimento dos seguintes deveres pelos motoristas, exercendo a fiscalização necessária à garantia do cumprimento:
 - 4.14.1. atender ao cliente com presteza e polidez;
 - 4.14.2. trajar-se adequadamente para a função;
 - 4.14.3. manter o veículo em boas condições de funcionamento e higiene;
 - 4.14.4. manter em dia a documentação do veículo exigida pelas autoridades competentes;
 - 4.14.5. obedecer à Lei nº 9.503/1977 – Código de Trânsito Brasileiro, bem como a legislação da localidade da execução do serviço.
- 4.15. Não há exigência de frota mínima por não se tratar de frota própria da agenciadora, e sim de veículos de terceiros, cadastrados na aplicação da CONTRATADA para transporte individual por veículos com motorista.
- 4.16. A execução do serviço de transporte individual por veículos com motorista, pelos colaboradores cadastrados pela empresa agenciadora, observará a legislação vigente que regula tal serviço de transporte, subordinando-se a eventuais alterações legislativas.
 - 4.16.1. Na hipótese de ocorrência de alterações legislativas que impliquem alteração significativa na forma de execução do serviço de transporte individual por veículos com motorista, sobretudo no tocante à tarifa e eventual concessão de descontos tarifários, a CONTRATANTE e a CONTRATADA efetuarão os devidos aditivos contratuais.

5. DA APLICAÇÃO WEB

- 5.1. A aplicação web deverá estar disponível aos setores da CONTRATANTE em tempo integral, sem interrupções, em qualquer navegador de internet.
- 5.2. A aplicação deverá disponibilizar aos demandantes dos serviços ferramentas para fins de gerenciamento, acompanhamento, controle e consulta por parte dos órgãos da administração, podendo ser aplicados filtros para melhor visualização e gerenciamento dos serviços utilizados, bem como possibilitar exportação de relatórios e dados em diferentes formatos tais como, pdf, xls, entre outros.
- 5.3. Antes da primeira utilização dos serviços por determinado setor, a listagem dos servidores que terão acesso à aplicação web e os respectivos níveis de acesso de cada um dos servidores será

efetuada, a critério exclusivo da CONTRATANTE:

5.3.1. mediante remessa de listagem pelo FISCAL à CONTRATADA, ou

5.3.2. mediante o cadastramento direto efetuado pelo FISCAL no sistema, devendo a CONTRATADA garantir-lhe o respectivo nível de acesso.

5.4. Deverão ser concedidos acessos em diferentes níveis, tais como apenas consulta, possibilidade de autorização/restrições de viagens, limites de valores por viagem, limites de valores por mês, bloqueios de valores por viagens, bloqueio de valores por mês, bloqueio de usuários, etc;

5.5. A aplicação deverá permitir a identificação das ações dos usuários.

6. DO APLICATIVO MOBILE

6.1. O aplicativo mobile deverá estar disponível em tempo integral, sem interrupções, tanto para sistema ANDROID quanto para sistema IOS, devidamente atualizados.

6.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar o aplicativo mobile para instalação nos smartphones indicados pela demandante dos serviços o qual deverá ser acessado mediante usuário e senha previamente cadastrados, a fim de identificar o usuário.

7. CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Atender as solicitações dos serviços em no máximo 20 (vinte) minutos após a chamada, ou seja, o prazo de espera do usuário pelo serviço após a chamada será de no máximo 20 minutos.

7.2. A chegada do veículo no endereço de origem deve ser informada ao usuário por meio de notificação na aplicação web e aplicativo mobile, devendo o usuário ser aguardado por no máximo 15 (quinze) minutos.

7.3. Transcorrido o prazo de espera de 15 (quinze) minutos sem a chegada do usuário para início da viagem, o motorista poderá cancelar a solicitação, com envio de mensagem para o e-mail cadastrado e notificação na aplicação web e aplicativo mobile. Neste caso será admitida, no máximo, a cobrança de 30% (trinta por cento) do valor estimado do deslocamento.

7.4. Na hipótese de ocorrer algum problema que interrompa ou inviabilize a prestação dos serviços, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA, a qual terá o prazo de 02 (dois) dias a contar da notificação para o atendimento e solução dos problemas.

7.4.1. Não havendo qualquer manifestação, a CONTRATANTE providenciará a realização dos deslocamentos, devendo ser indenizada pela CONTRATADA.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Efetuar o pagamento ajustado, no prazo e condições estabelecidos, desde que devidamente cumpridas as obrigações da CONTRATADA.

8.2. Fornecer à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.

8.3. Fiscalizar a execução do presente contrato por meio de servidores formalmente designados para tal.

8.4 Notificar à CONTRATADA no caso de qualquer irregularidade identificada, definindo prazo para regularização e/ou manifestação.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



- 9.1. Prestar os serviços na forma ajustada e de acordo com as especificações deste Termo de Referência.
- 9.2. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.
- 9.3. Serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, contribuições parafiscais e outros que venham a incidir sobre os serviços supracitados.
- 9.4. Apresentar, durante a execução do contrato, quando solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação, em especial, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.
- 9.5. Fornecer todas as informações solicitadas pela fiscalização no prazo de 5 (cinco) dias úteis, quando não estipulado prazo diverso.
- 9.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.
- 9.7. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados.
- 9.8. Apresentar, por escrito, quando solicitado pela CONTRATANTE, relatório técnico dos serviços realizados.
- 9.9. Possuir seguro para os passageiros, conforme previsto na Lei 12.162/2016 art. 11, com as seguintes coberturas mínimas:
- 9.9.1 Despesas médicas: R\$ 30.000,00
- 9.9.2 Invalidez ou morte R\$ 75.000,00
- 9.10. Manter sigilo acerca dos serviços contratados, dos dados processados, inclusive da documentação.
- 9.11. Designar um funcionário para exercer a função de PREPOSTO com o qual possa ser feito contato sempre que necessário e que gerencie todos os serviços realizados nos veículos que fazem parte do contrato.
- 9.11.1. As informações do PREPOSTO (nome completo, telefone celular e e-mail) deverão ser informadas ao Gestor do Contrato no prazo de 10 (dez) dias após a homologação do resultado da licitação. Em caso de alteração, as informações do novo PREPOSTO devem ser fornecidas por escrito ao Gestor do Contrato.
- 9.12. Independentemente do monitoramento e do acompanhamento realizados pela CONTRATANTE, a CONTRATADA é responsável por toda execução, de forma que seja garantido o cumprimento de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 9.13. A CONTRATADA deverá, por conta própria, cadastrar, exclusivamente, pessoas, às quais competirá o atendimento das demandas de transporte da CONTRATADA.
- 9.14. Fornecer suporte técnico aos usuários para utilização da aplicação web e do aplicativo mobile.
- 9.15. Informar imediatamente ao órgão gerenciador, qualquer ocorrência relevante que implique em

mudanças no valor contratado.

9.16. A CONTRATADA deverá, no momento da apresentação da nota fiscal/fatura de serviços, identificar o órgão contratante, bem como o número da nota de empenho com a descrição detalhada dos serviços prestados, e devidamente atestados pela fiscalização do contrato designado para tal fim, acompanhada dos seguintes documentos, devidamente atualizados: Certidão Negativa da Previdência Social - INSS. Certificado de Regularidade junto ao FGTS e Certidão Negativa de Tributos Municipais e demais obrigações acessórias.

9.17. Responsabilizar-se pelos danos decorrentes da execução do objeto, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia o valor correspondente aos danos sofridos.

9.18. Responsabilizar-se, inclusive civil e criminalmente, por eventuais danos causados a CONTRATANTE, aos seus alunos, servidores, colaboradores eventuais e convidados, independentemente de culpa ou dolo, inclusive respondendo pelos danos causados pelos motoristas credenciados na execução dos serviços.

9.19. Comunicar a CONTRATANTE em caso de necessidade de interrupção do funcionamento da solução tecnológica, aplicação web e aplicativo mobile, para manutenção preventiva e atualização, com pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência, podendo ocorrer sem penalidade somente por até 3 (três) horas por mês.

10. DA NOTA DE EMPENHO

10.1. A CONTRATADA será comunicada, via e-mail, da disponibilidade da Nota de Empenho no Portal da Transparência. O prazo para disponibilização dos serviços será de 5 dias a partir do recebimento do e-mail. Caso a empresa não confirme o recebimento do e-mail, o prazo começará a contar 24 horas após o envio do e-mail.

10.2. A disponibilidade da Nota de Empenho no Portal da Transparência não gera expectativa para a empresa. A empresa deve aguardar o envio do e-mail, no qual será indicado o link da Nota de Empenho no referido Portal.

10.3. Na Proposta a ser encaminhada deverá conter o nome, telefone e e-mail (endereço eletrônico) do Responsável da Empresa pelo recebimento do e-mail informando da disponibilidade da Nota de Empenho no Portal da Transparência.

10.4. Poderá ser emitida mais uma nota de empenho, conforme os Centros de Custo da UFSM, de tal forma que a empresa deverá disponibilizar o acesso ao sistema que permita identificar, de acordo com o usuário cadastrado, a qual Centro de Custo a nota de empenho se refere.

10.5. O sistema deverá permitir a inclusão das informações referentes a cada nota de empenho de modo a possibilitar o acompanhamento da sua execução por cada responsável pelo Centro de Custo.

10.5.1. A inclusão da nota de empenho no sistema não deve ser confundida com a emissão das solicitações de transporte, as quais serão gerenciadas por cada unidade de acordo com o seu saldo orçamentário e em atendimento aos seus critérios de utilização.

10.6. Caberá ao gestor/co-gestor de cada Centro de Custo a certificação das respectivas faturas de acordo com a notas de empenho emitidas.



11. DO PAGAMENTO

11.1. A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada pela CONTRATADA a partir do primeiro dia útil do mês seguinte ao da execução dos serviços, juntamente com relatório discriminando as corridas executadas no mês anterior.

11.2. Quando da emissão da Nota Fiscal, deverá ser fornecido nesta ou em anexo a mesma os dados bancários da Empresa. Deverá ser informado na Nota Fiscal, ainda, a descrição completa e detalhada dos serviços, podendo ser anexada à mesma o relatório analítico do sistema de gerenciamento com os deslocamentos que geraram o respectivo valor.

11.3. O pagamento dar-se-á em até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal/fatura.

11.4. O pagamento será efetuado, por meio de depósito em conta corrente e todas as despesas decorrentes de impostos, taxas, contribuições ou outras serão suportadas pela CONTRATADA.

11.5. Haverá, se for o caso, a retenção de tributos na forma da legislação em vigor, devendo a Nota Fiscal destacar os valores correspondentes.

11.6. Em caso de atraso na liquidação ou inadimplemento de um Centro de Custo, os efeitos decorrentes (suspensão temporária ou interrupção dos serviços) deverão recair somente sobre o Centro de Custo inadimplente.

12. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

12.1. A CONTRATADA deverá priorizar o credenciamento de veículos que observem os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos nos arts. 5º e 6º da IN nº 01/2010 SLTI/MPOG;

12.2. A CONTRATADA deverá adotar o máximo possível de processos informatizados na relação com a CONTRATANTE, visando reduzir a utilização de documentação em papel.

13. DA GESTÃO DO CONTRATO

13.1. A gestão do contrato será realizada pela Chefia do Núcleo de Transporte e, nas unidades que optarem por cadastrarem seus centros de custo, a co-gestão será exercida por servidor designado pela Direção ou Chefia da Unidade

13.2. Após assinatura do contrato, será realizada entre a UFSM e a CONTRATADA uma reunião a ser convocada pela Coordenadoria de Serviços Gerais, com o objetivo de definir a data de início dos serviços, discutir e formalizar as providências necessárias ao perfeito cumprimento das obrigações das partes, em especial quanto a:

13.2.1. Data de início dos serviços;

13.2.2. Apresentação do preposto;

13.2.3. Cadastramento de usuários;

13.2.4. Procedimentos inerentes à medição e faturamento;

13.2.5. Outros assuntos.

13.3. Poderão ser realizadas, posteriormente, de acordo com as necessidades, outras reuniões entre as partes, em local, horário e data a serem acordados. Todos os assuntos definidos e

acertados nas reuniões serão registrados em ata.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15. DAS SANÇÕES

15.1. Em caso de inadimplemento das obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará a empresa contratada sujeita às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

15.2. A CONTRATADA ficará sujeita, em qualquer dos casos, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da requisição, por minutos de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 20 (vinte) minutos.

15.3. A CONTRATADA também ficará sujeita em qualquer dos casos, à multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, por descumprimento no todo ou em parte das obrigações assumidas, sem prejuízo das demais penalidades legais e observado, se for o caso, os limites estabelecidos em lei para fatos específicos.

15.4. Em caso de reincidência, o valor da multa a ser aplicada será multiplicado por 2 (dois).

16. DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTE

15.1. O prazo da vigência será de 12 (doze) meses a contar da data estipulada em contrato ou, na ausência desta, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta meses).

15.2. Em caso de prorrogação, o valor do contrato será reajustado de acordo com a variação do IPCA nos 12 meses anteriores ao da prorrogação do contrato.

17. INFORMAÇÕES GERAIS

17.1. A estimativa mensal de rodagem é de 3.830 (três mil oitocentos e trinta) quilômetros, podendo variar, de acordo com a demanda de transporte, projetando-se uma rodagem anual de 45.960 (quarenta e cinco mil novecentos e sessenta) quilômetros.

17.2. Como qualificação técnica, a licitante deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, mediante a apresentação de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado idônea, que comprove que já tenha executado, satisfatoriamente, serviço pertinente aos seus ramos de atividade, junto à empresa pública ou privada idônea, compatível com o objeto da licitação

17.2. As penalidades contratuais são as previstas no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e artigo 28 do Decreto n. 5450/2005 e demais normas congêneres: “Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no



SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais”.

ANEXO II

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

CONTRATO __/2021

Que firmam a UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM, CNPJ 95.591.764/0001-05, sediada na Cidade Universitária, em Santa Maria, neste ato representada pelo Reitor, Prof. Paulo Afonso Burmann e a empresa, XXXXXXXXXXXXX, estabelecida na XXXXXXXX, XXX, Bairro XXXXXX, CEP: XXXXX-XXX, em XXXXXX – XX, CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX, neste ato representada pelo Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX, a seguir denominadas CONTRATANTE e CONTRATADA respectivamente, para **Contratação de empresa de agenciamento de serviços de transporte individual por veículos com motorista, através de solução tecnológica que possibilite a operação e a gestão das solicitações de deslocamentos, por meio de aplicação web e aplicativo mobile, conforme a demanda de todas as unidades da Universidade Federal de Santa Maria** de acordo com o que prescreve a Lei 8666/93, alterada por Legislação Posterior, e Decreto 4.485, de 25 de novembro de 2002, e em face do que consta no processo **23081.022488/2020-21** e da proposta da licitante vencedora do Pregão Eletrônico **173/2021**, que é parte integrante deste, firmam o presente CONTRATO, para o fim acima e de acordo com o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a **Contratação de empresa de agenciamento de serviços de transporte individual por veículos com motorista, através de solução tecnológica que possibilite a operação e a gestão das solicitações de deslocamentos, por meio de aplicação web e aplicativo mobile, conforme a demanda de todas as unidades da Universidade Federal de Santa Maria**, obedecendo às condições em anexo ao presente contrato, como se aqui estivesse transcrito.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A CONTRATADA não poderá transferir a terceiros, no todo ou em parte, fornecimento do produto em que trata o presente contrato, sob pena de rescisão contratual.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

A CONTRATANTE poderá aumentar ou suprimir o objeto, nos termos do artigo 65, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA DO VALOR DO CONTRATO

O valor total dos serviços é de R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXXXXX), conforme valores discriminados na tabela a seguir.



Especificação	Quant. (km)	Valor do km rodado	Valor anual
Serviços de transporte individual por veículos com motorista, através de solução tecnológica que possibilite a operação e a gestão das solicitações de deslocamentos, por meio de aplicação web e aplicativo mobile.	45.960		

CLÁUSULA TERCEIRA DO PAGAMENTO

A CONTRATANTE efetuará o pagamento mediante apresentação das Notas Fiscais/Faturas para cada local descrito na Cláusula Primeira deste Contrato, devidamente certificada pela unidades solicitantes da UFSM, no prazo máximo de até 10 (dez) dias, a contar da data de entrega da fatura/nota fiscal na UFSM, desde que não haja impedimento legal.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

O pagamento, se for o caso, será atualizado monetariamente pela variação IPCA-E, ocorrida no período; a partir da data do prazo final do adimplemento da obrigação até o efetivo pagamento.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Não haverá reajustamento de preços nos primeiros 12 (doze) meses do Contrato, conforme determinam as Leis 9.069/95 e 10.192/2001.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

Decorridos os 12 (doze) meses do Contrato, os preços serão reajustados baseados na variação do índice do IPCA-E do período.

CLÁUSULA QUARTA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para atender as despesas decorrentes a CONTRATANTE emitiu Nota de Empenho 2021XXXXXX.

CLÁUSULA QUINTA DA VIGÊNCIA

O presente Contrato vigorará por 12 (doze) meses a partir de XX/XX/XXXX, podendo a sua duração se estender até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante aditamentos.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO

A CONTRATADA obriga-se a manter, durante a vigência da prestação dos serviços, as condições de qualificação e habilitação exigidas para a contratação. A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar a comprovação da habilitação e qualificações em questão, conforme art. 55, inciso XIII da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA DA FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente, ou por prepostos designados, podendo para isso:

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Demais condições no que tange a fiscalização do acompanhamento e da execução da presente contratação, encontram-se detalhadas no anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

As penalidades pela inexecução (artigo 77 da Lei 8.666/93) encontram-se previstas nos artigos 86 e 87 do mesmo diploma legal.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A advertência verbal ou escrita será aplicada, independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver afastamento das condições contratuais ou das condições técnicas estabelecidas.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

As penalidades a que está sujeita a CONTRATADA, a teor do que reza o art. 87 da Lei 8.666/93, são as seguintes:

- 7 advertência;
- 8 multa;
- 9 suspensão temporária de participação em licitações; e
- 10 impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos e;
- 11 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

As sanções administrativas por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no anexo ao Contrato.



CLÁUSULA NONA DA GARANTIA CONTRATUAL

Para garantia da boa execução dos termos deste Contrato e pagamento de eventuais multas, a CONTRATADA cauciona a importância de R\$ XXXX (XXXXXXXXXX), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, mediante XXXXXXXX.

SUBCLÁUSULA ÚNICA

Esta garantia será restituída à CONTRATADA, de forma integral ou o que dela restar, após o término do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA DA RESCISÃO ADMINISTRATIVA

A CONTRATADA reconhece, na hipótese de rescisão administrativa, prevista no artigo 77 da Lei 8.666/93, os direitos da CONTRATANTE, conforme prevê o art. 55, inciso IX, do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA GESTÃO DO CONTRATO

Ficam indicados como gestores e fiscais do Contrato, conforme determina o artigo 67 da Lei 8.666/93, os seguintes servidores: _____

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA ANTICORRUPÇÃO LEI Nº. 12.846/2013

Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO FORO

As partes elegem o foro da Justiça Federal, na cidade de Santa Maria, para dirimir as questões oriundas deste CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DISPOSIÇÃO GERAL

Fica acordado e entendido entre as partes que qualquer condição deste Contrato, que seja revogada por legislação superveniente, será considerada insubsistente. Entretanto, o restante das cláusulas deste Contrato permanecerá em pleno efeito.

E, para constar, lavrou-se o presente TERMO DE CONTRATO, que lido e achado conforme, vai assinado eletronicamente pelas partes, na presença das testemunhas abaixo firmadas, maiores e capazes.



ANEXO AO CONTRATO __/2021

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE AGENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INDIVIDUAL POR VEÍCULOS COM MOTORISTA, ATRAVÉS DE SOLUÇÃO TECNOLÓGICA QUE POSSIBILITE A OPERAÇÃO E A GESTÃO DAS SOLICITAÇÕES DE DESLOCAMENTOS, POR MEIO DE APLICAÇÃO WEB E APLICATIVO MOBILE, conforme requisitos e funcionalidades especificadas neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação de empresa de agenciamento de serviços de transporte individual por veículos com motorista, através de solução tecnológica que possibilite a operação e a gestão das solicitações de deslocamentos, por meio de aplicação web e aplicativo mobile, objetiva atender o transporte institucional da UFSM com as alternativas necessárias para a adequada realização das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas.

2.2. O Decreto n. 9.287, de 15 de fevereiro de 2018, estabeleceu em seu artigo 8º que os órgãos, as autarquias e as fundações da administração pública federal deverão considerar todos os modelos de contratação praticados pela administração pública federal para prestação de serviço de transporte de material e de pessoal a serviço, de que trata o art. 4º, e adotar aquele que for comprovadamente mais vantajoso em comparação ao modelo vigente.

2.3. A UFSM adota atualmente o modelo de frota própria de veículos, tendo-a como um instrumento de apoio às atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas, atendendo às necessidades de transporte de pessoas e cargas, tais como aulas práticas, viagens de estudos e experimentos de campo, além de ser o principal instrumento de locomoção de alunos e servidores entre os diversos campi da Instituição.

2.4. A frota da UFSM conta com 132 veículos em uso, entre ônibus, micro-ônibus, vans, caminhões e automóveis. A maioria destes veículos está com idade avançada e começam a apresentar características antieconômicas com ocorrências frequentes de consertos com altos custos de manutenção, elevando-se assim o custo por quilômetro rodado dos veículos e evidenciando a necessidade de sua substituição.

2.5. Por sua vez, o Art. 8º, § 1º do Decreto n. 9.287/2018 define que a aquisição de veículos deverá ser adotada somente quando comprovada a sua vantajosidade econômica em relação à adoção de qualquer dos demais modelos de contratação praticados pela administração pública federal.

2.6. Diversas unidades da federação já possuem a ferramenta TáxiGov que é o serviço de transporte de servidores e colaboradores da Administração Pública Federal em deslocamentos a trabalho com o uso de táxis, que começou a ser implementado em março de 2017. O objetivo é melhorar a oferta de serviços de transporte administrativo ao servidor, com economia, transparência de gastos públicos e eficiência. Entretanto, no Rio Grande do Sul, a ferramenta está

disponível apenas para Porto Alegre e região metropolitana, sendo necessário, portanto, buscar alternativas similares, mas como o mesmo propósito e resultados.

2.7. Instituições como a Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público do RS, Defensoria Pública do RS e Governo do Estado de Santa Catarina, por exemplo, já aderiram a esta nova forma de contratação para o transporte institucional, em virtude da previsão de economia que esta alternativa pode gerar.

2.8. Como a UFSM não possui nenhum outro modelo de transporte institucional além da utilização da frota própria, há uma dificuldade de se estabelecer parâmetros para a tomada de decisão quanto a manutenção deste modelo ou a adoção de outro de forma permanente. Por este motivo, esta contratação se faz necessária e, em especial, para atender os seguintes objetivos:

2.8.1. Disponibilizar alternativas de transporte institucional, principalmente em períodos de alta demanda, quando o atendimento por meio da frota própria apresenta-se como insuficiente;

2.8.2. Reavaliar a utilização da frota própria, mantendo-se em circulação somente os veículos com custos de operação razoáveis e para aqueles deslocamentos onde este meio se apresente como mais econômico;

2.8.3. Iniciar o plano de desmobilização previsto no Art. 8º, § 2º do Decreto n. 9.287/2018, com vistas a substituição dos veículos próprios pelos modelos praticados pela administração pública federal.

2.8.4. Implementar uma solução que propicie a modernização da gestão pública, com ganhos de eficiência e eficácia operacional, viabilizada pela otimização do transporte institucional, oportunizando, ainda, a redução do gasto público.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS COMUNS

3.1. Declaramos para os devidos fins que os produtos e serviços a serem contratados são de natureza comum conforme decreto 5.450 de 31 de maio de 2005, art. 2º, § 1º: consideram-se produtos e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. As solicitações serão efetuadas pelos setores da UFSM, através da aplicação web e/ou aplicativo mobile disponibilizado à CONTRATANTE.

4.2. Os serviços deverão ser prestados para deslocamentos de alunos, servidores, colaboradores eventuais e convidados da UFSM, no exercício de suas atribuições, por solicitação de qualquer uma das Pró-Reitorias ou Unidades de Ensino localizadas no Campus da UFSM em Santa Maria.

4.3. Os serviços serão prestados no município de Santa Maria e em viagens com origem ou destino neste município.

4.4. Os deslocamentos serão restritos a itinerários de apenas um local de destino e que o veículo não necessite aguardar o usuário, salvo em situações excepcionais, por necessidade de serviço e devidamente justificadas pelo usuário.

4.5. Os serviços serão pagos de acordo com a quantidade de quilômetros rodados, devendo ser iniciada a contagem somente a partir do momento do embarque do passageiro.

4.6. Quando no deslocamento houver a necessidade de passagem por praças de pedágio, o valor



da tarifa de pedágio poderá ser acrescentado no valor do deslocamento, desde que o relatório analítico da corrida apresente este valor discriminado individualmente.

4.7. Os veículos utilizados na prestação dos serviços deverão ser de ano/modelo 2015 ou posterior, quatro portas, com ar condicionado, em bom estado de conservação e com toda a documentação de registro e circulação válida.

4.7.1. Em viagens, deverão ser utilizados preferencialmente veículos de ano/modelo 2018 ou posterior e com motorização 1.6 ou superior.

4.8. Os motoristas disponibilizados para a prestação dos serviços deverão estar regularmente habilitados para a condução do veículo utilizado, além de possuírem os seguintes requisitos:

4.8.1. Ter no mínimo 19 anos de idade;

4.8.2. Não possuir antecedentes criminais

4.9. A aplicação web e o aplicativo mobile deverão permitir, no mínimo, as seguintes interações:

4.9.1. Acompanhamento da solicitação da viagem pelo usuário, em tempo real, exigindo-se: encaminhamento de informações da solicitação via mensagem na aplicação web e aplicativo mobile, tempo estimado para chegada do veículo no endereço de origem, valor estimado, identificação do veículo e motorista, imagem geoprocessada do percurso desde a aceitação da viagem até o endereço de origem, encaminhamento de informação da chegada do veículo no endereço de origem por mensagem na aplicação web e no aplicativo mobile.

4.9.2. Acompanhamento da viagem, exigindo-se encaminhamento de informações sobre o início via mensagem na aplicação web e aplicativo mobile, tempo estimado para finalização, imagem geoprocessada do percurso.

4.9.3. Acompanhamento da finalização da viagem pelo usuário, exigindo-se encaminhamento de informações sobre a finalização para o e-mail cadastrado e mensagens na aplicação web e aplicativo mobile contendo endereços de origem e destino, tempo de viagem, data e horário de início e fim de viagem, imagem geoprocessada do percurso, valor da viagem, quilometragem percorrida, avaliação do veículo e do motorista.

4.9.4. Cancelamento de solicitação da viagem pelo usuário, desde que a mesma não tenha sido iniciada, com registro na base de dados da solução tecnológica do motivo do cancelamento.

4.9.5. Confirmação da realização da viagem pelo usuário que, por qualquer motivo, não a finalizou com o uso do seu telefone smartphone ou, alternativamente, do motorista, exigindo-se: valor da viagem, informações para avaliação do veículo e do motorista.

4.10. O usuário deve confirmar a execução da viagem, inclusive o valor apurado, mediante o uso de sua senha pessoal, por meio de funcionalidade específica do aplicativo mobile, acessada em seu próprio telefone smartphone ou no do motorista ou, excepcionalmente e em momento posterior, em funcionalidade da aplicação web.

4.11. Logo após a confirmação da finalização da viagem, o usuário deve avaliar o veículo e o motorista que executou a viagem.

4.11.1 O veículo ou motorista que receber avaliação negativa por 3 (três usuários) não poderá mais

prestar serviços à CONTRATANTE.

4.12. Após a confirmação da finalização da viagem, deve ser encaminhada informação para o e-mail do usuário, aplicação web e aplicativo mobile com o histórico da viagem contendo, no mínimo, as seguintes informações:

4.12.1. data e hora da solicitação;

4.12.2. endereços de origem e destino;

4.12.3. data e horário da chegada do veículo no endereço de origem;

4.12.4. data e hora do início e finalização da viagem;

4.12.5. valor da viagem;

4.12.6. placa do veículo e nome do motorista;

4.12.7 notas de avaliação do veículo e motorista.

4.13. Não será admitido acréscimo ao valor da viagem realizada referente à cobrança de taxa-extra pelo transporte de bagagem, de taxa de retorno de viagens, tarifa diferenciada/dinâmica;

4.14. A CONTRATADA deverá zelar pelo cumprimento dos seguintes deveres pelos motoristas, exercendo a fiscalização necessária à garantia do cumprimento:

4.14.1. atender ao cliente com presteza e polidez;

4.14.2. trajar-se adequadamente para a função;

4.14.3. manter o veículo em boas condições de funcionamento e higiene;

4.14.4. manter em dia a documentação do veículo exigida pelas autoridades competentes;

4.14.5. obedecer à Lei nº 9.503/1977 – Código de Trânsito Brasileiro, bem como a legislação da localidade da execução do serviço.

4.15. Não há exigência de frota mínima por não se tratar de frota própria da agenciadora, e sim de veículos de terceiros, cadastrados na aplicação da CONTRATADA para transporte individual por veículos com motorista.

4.16. A execução do serviço de transporte individual por veículos com motorista, pelos colaboradores cadastrados pela empresa agenciadora, observará a legislação vigente que regula tal serviço de transporte, subordinando-se a eventuais alterações legislativas.

4.16.1. Na hipótese de ocorrência de alterações legislativas que impliquem alteração significativa na forma de execução do serviço de transporte individual por veículos com motorista, sobretudo no tocante à tarifa e eventual concessão de descontos tarifários, a CONTRATANTE e a CONTRATADA efetuarão os devidos aditivos contratuais.

5. DA APLICAÇÃO WEB

5.1. A aplicação web deverá estar disponível aos setores da CONTRATANTE em tempo integral, sem interrupções, em qualquer navegador de internet.

5.2. A aplicação deverá disponibilizar aos demandantes dos serviços ferramentas para fins de gerenciamento, acompanhamento, controle e consulta por parte dos órgãos da administração, podendo ser aplicados filtros para melhor visualização e gerenciamento dos serviços utilizados, bem como possibilitar exportação de relatórios e dados em diferentes formatos tais como, pdf, xls, entre outros.

5.3. Antes da primeira utilização dos serviços por determinado setor, a listagem dos servidores que terão acesso à aplicação web e os respectivos níveis de acesso de cada um dos servidores será



efetuada, a critério exclusivo da CONTRATANTE:

5.3.1. mediante remessa de listagem pelo FISCAL à CONTRATADA, ou

5.3.2. mediante o cadastramento direto efetuado pelo FISCAL no sistema, devendo a CONTRATADA garantir-lhe o respectivo nível de acesso.

5.4. Deverão ser concedidos acessos em diferentes níveis, tais como apenas consulta, possibilidade de autorização/restrições de viagens, limites de valores por viagem, limites de valores por mês, bloqueios de valores por viagens, bloqueio de valores por mês, bloqueio de usuários, etc;

5.5. A aplicação deverá permitir a identificação das ações dos usuários.

6. DO APLICATIVO MOBILE

6.1. O aplicativo mobile deverá estar disponível em tempo integral, sem interrupções, tanto para sistema ANDROID quanto para sistema IOS, devidamente atualizados.

6.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar o aplicativo mobile para instalação nos smartphones indicados pela demandante dos serviços o qual deverá ser acessado mediante usuário e senha previamente cadastrados, a fim de identificar o usuário.

7. CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Atender as solicitações dos serviços em no máximo 20 (vinte) minutos após a chamada, ou seja, o prazo de espera do usuário pelo serviço após a chamada será de no máximo 20 minutos.

7.2. A chegada do veículo no endereço de origem deve ser informada ao usuário por meio de notificação na aplicação web e aplicativo mobile, devendo o usuário ser aguardado por no máximo 15 (quinze) minutos.

7.3. Transcorrido o prazo de espera de 15 (quinze) minutos sem a chegada do usuário para início da viagem, o motorista poderá cancelar a solicitação, com envio de mensagem para o e-mail cadastrado e notificação na aplicação web e aplicativo mobile. Neste caso será admitida, no máximo, a cobrança de 30% (trinta por cento) do valor estimado do deslocamento.

7.4. Na hipótese de ocorrer algum problema que interrompa ou inviabilize a prestação dos serviços, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA, a qual terá o prazo de 02 (dois) dias a contar da notificação para o atendimento e solução dos problemas.

7.4.1. Não havendo qualquer manifestação, a CONTRATANTE providenciará a realização dos deslocamentos, devendo ser indenizada pela CONTRATADA.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Efetuar o pagamento ajustado, no prazo e condições estabelecidos, desde que devidamente cumpridas as obrigações da CONTRATADA.

8.2. Fornecer à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.

8.3. Fiscalizar a execução do presente contrato por meio de servidores formalmente designados para tal.

8.4 Notificar à CONTRATADA no caso de qualquer irregularidade identificada, definindo prazo para regularização e/ou manifestação.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Prestar os serviços na forma ajustada e de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

9.2. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital.

9.3. Serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, contribuições parafiscais e outros que venham a incidir sobre os serviços supracitados.

9.4. Apresentar, durante a execução do contrato, quando solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação, em especial, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

9.5. Fornecer todas as informações solicitadas pela fiscalização no prazo de 5 (cinco) dias úteis, quando não estipulado prazo diverso.

9.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.

9.7. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados.

9.8. Apresentar, por escrito, quando solicitado pela CONTRATANTE, relatório técnico dos serviços realizados.

9.9. Possuir seguro para os passageiros, conforme previsto na Lei 12.162/2016 art. 11, com as seguintes coberturas mínimas:

9.9.1 Despesas médicas: R\$ 30.000,00

9.9.2 Invalidez ou morte R\$ 75.000,00

9.10. Manter sigilo acerca dos serviços contratados, dos dados processados, inclusive da documentação.

9.11. Designar um funcionário para exercer a função de PREPOSTO com o qual possa ser feito contato sempre que necessário e que gerencie todos os serviços realizados nos veículos que fazem parte do contrato.

9.11.1. As informações do PREPOSTO (nome completo, telefone celular e e-mail) deverão ser informadas ao Gestor do Contrato no prazo de 10 (dez) dias após a homologação do resultado da licitação. Em caso de alteração, as informações do novo PREPOSTO devem ser fornecidas por escrito ao Gestor do Contrato.

9.12. Independentemente do monitoramento e do acompanhamento realizados pela CONTRATANTE, a CONTRATADA é responsável por toda execução, de forma que seja garantido o cumprimento de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

9.13. A CONTRATADA deverá, por conta própria, cadastrar, exclusivamente, pessoas, às quais competirá o atendimento das demandas de transporte da CONTRATADA.

9.14. Fornecer suporte técnico aos usuários para utilização da aplicação web e do aplicativo mobile.

9.15. Informar imediatamente ao órgão gerenciador, qualquer ocorrência relevante que implique em



mudanças no valor contratado.

9.16. A CONTRATADA deverá, no momento da apresentação da nota fiscal/fatura de serviços, identificar o órgão contratante, bem como o número da nota de empenho com a descrição detalhada dos serviços prestados, e devidamente atestados pela fiscalização do contrato designado para tal fim, acompanhada dos seguintes documentos, devidamente atualizados: Certidão Negativa da Previdência Social - INSS. Certificado de Regularidade junto ao FGTS e Certidão Negativa de Tributos Municipais e demais obrigações acessórias.

9.17. Responsabilizar-se pelos danos decorrentes da execução do objeto, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia o valor correspondente aos danos sofridos.

9.18. Responsabilizar-se, inclusive civil e criminalmente, por eventuais danos causados a CONTRATANTE, aos seus alunos, servidores, colaboradores eventuais e convidados, independentemente de culpa ou dolo, inclusive respondendo pelos danos causados pelos motoristas credenciados na execução dos serviços.

9.19. Comunicar a CONTRATANTE em caso de necessidade de interrupção do funcionamento da solução tecnológica, aplicação web e aplicativo mobile, para manutenção preventiva e atualização, com pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência, podendo ocorrer sem penalidade somente por até 3 (três) horas por mês.

10. DA NOTA DE EMPENHO

10.1. A CONTRATADA será comunicada, via e-mail, da disponibilidade da Nota de Empenho no Portal da Transparência. O prazo para disponibilização dos serviços será de 5 dias a partir do recebimento do e-mail. Caso a empresa não confirme o recebimento do e-mail, o prazo começará a contar 24 horas após o envio do e-mail.

10.2. A disponibilidade da Nota de Empenho no Portal da Transparência não gera expectativa para a empresa. A empresa deve aguardar o envio do e-mail, no qual será indicado o link da Nota de Empenho no referido Portal.

10.3. Na Proposta a ser encaminhada deverá conter o nome, telefone e e-mail (endereço eletrônico) do Responsável da Empresa pelo recebimento do e-mail informando da disponibilidade da Nota de Empenho no Portal da Transparência.

10.4. Poderá ser emitida mais uma nota de empenho, conforme os Centros de Custo da UFSM, de tal forma que a empresa deverá disponibilizar o acesso ao sistema que permita identificar, de acordo com o usuário cadastrado, a qual Centro de Custo a nota de empenho se refere.

10.5. O sistema deverá permitir a inclusão das informações referentes a cada nota de empenho de modo a possibilitar o acompanhamento da sua execução por cada responsável pelo Centro de Custo.

10.5.1. A inclusão da nota de empenho no sistema não deve ser confundida com a emissão das solicitações de transporte, as quais serão gerenciadas por cada unidade de acordo com o seu saldo

orçamentário e em atendimento aos seus critérios de utilização.

10.6. Caberá ao gestor/co-gestor de cada Centro de Custo a certificação das respectivas faturas de acordo com a notas de empenho emitidas.

11. DO PAGAMENTO

11.1. A nota fiscal/fatura deverá ser apresentada pela CONTRATADA a partir do primeiro dia útil do mês seguinte ao da execução dos serviços, juntamente com relatório discriminando as corridas executadas no mês anterior.

11.2. Quando da emissão da Nota Fiscal, deverá ser fornecido nesta ou em anexo a mesma os dados bancários da Empresa. Deverá ser informado na Nota Fiscal, ainda, a descrição completa e detalhada dos serviços, podendo ser anexada à mesma o relatório analítico do sistema de gerenciamento com os deslocamentos que geraram o respectivo valor.

11.3. O pagamento dar-se-á em até 30 (trinta) dia após o recebimento da nota fiscal/fatura.

11.4. O pagamento será efetuado, por meio de depósito em conta corrente e todas as despesas decorrentes de impostos, taxas, contribuições ou outras serão suportadas pela CONTRATADA.

11.5. Haverá, se for o caso, a retenção de tributos na forma da legislação em vigor, devendo a Nota Fiscal destacar os valores correspondentes.

11.6. Em caso de atraso na liquidação ou inadimplemento de um Centro de Custo, os efeitos decorrentes (suspensão temporária ou interrupção dos serviços) deverão recair somente sobre o Centro de Custo inadimplente.

12. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

12.1. A CONTRATADA deverá priorizar o credenciamento de veículos que observem os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos nos arts. 5º e 6º da IN nº 01/2010 SLTI/MPOG;

12.2. A CONTRATADA deverá adotar o máximo possível de processos informatizados na relação com a CONTRATANTE, visando reduzir a utilização de documentação em papel.

13. DA GESTÃO DO CONTRATO

13.1. A gestão do contrato será realizada pela Chefia do Núcleo de Transporte e, nas unidades que optarem por cadastrarem seus centros de custo, a co-gestão será exercida por servidor designado pela Direção ou Chefia da Unidade

13.2. Após assinatura do contrato, será realizada entre a UFSM e a CONTRATADA uma reunião a ser convocada pela Coordenadoria de Serviços Gerais, com o objetivo de definir a data de início dos serviços, discutir e formalizar as providências necessárias ao perfeito cumprimento das obrigações das partes, em especial quanto a:

13.2.1. Data de início dos serviços;

13.2.2. Apresentação do preposto;

13.2.3. Cadastramento de usuários;

13.2.4. Procedimentos inerentes à medição e faturamento;

13.2.5. Outros assuntos.

13.3. Poderão ser realizadas, posteriormente, de acordo com as necessidades, outras reuniões entre as partes, em local, horário e data a serem acordados. Todos os assuntos definidos e



acertados nas reuniões serão registrados em ata.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15. DAS SANÇÕES

15.1. Em caso de inadimplemento das obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará a empresa contratada sujeita às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

15.2. A CONTRATADA ficará sujeita, em qualquer dos casos, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da requisição, por minutos de atraso em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, até o máximo de 20 (vinte) minutos.

15.3. A CONTRATADA também ficará sujeita em qualquer dos casos, à multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, por descumprimento no todo ou em parte das obrigações assumidas, sem prejuízo das demais penalidades legais e observado, se for o caso, os limites estabelecidos em lei para fatos específicos.

15.4. Em caso de reincidência, o valor da multa a ser aplicada será multiplicado por 2 (dois).

16. DA VIGÊNCIA E DO REAJUSTE

16.1. O prazo da vigência será de 12 (doze) meses a contar da data estipulada em contrato ou, na ausência desta, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta meses).

16.2. Em caso de prorrogação, o valor do contrato será reajustado de acordo com a variação do IPCA nos 12 meses anteriores ao da prorrogação do contrato.

17. INFORMAÇÕES GERAIS

17.1. A estimativa mensal de rodagem é de 3.830 (três mil oitocentos e trinta) quilômetros, podendo variar, de acordo com a demanda de transporte, projetando-se uma rodagem anual de 45.960 (quarenta e cinco mil novecentos e sessenta) quilômetros.

17.2. Como qualificação técnica, a licitante deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, mediante a apresentação de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado idônea, que comprove que já tenha executado, satisfatoriamente, serviço pertinente aos seus ramos de atividade, junto à empresa pública ou privada idônea, compatível com o objeto da licitação

17.2. As penalidades contratuais são as previstas no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e artigo 28 do Decreto n. 5450/2005 e demais normas congêneres: “Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar

documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais”.